

Bloco dos moderados lança manifesto esta semana

BRASÍLIA — O grupo "moderado" formalizará esta semana a criação do bloco suprapartidário de atuação na Constituinte com o lançamento de um manifesto assinado por cerca de 150 constituintes. Nele serão fixados os princípios do grupo sobre as propostas polêmicas passíveis de consenso na Constituinte, como Reforma Agrária, Estabilidade no Emprego, Intervenção do Estado na Economia e monopólio do Petróleo, entre outros.

Nesta primeira fase, o grupo não atuará em relação ao sistema de governo e ao mandato de Sarney. Os "moderados" entendem que estes dois pontos, além inegociáveis, poderão ser decididos casuisticamente, de acordo com o desdobramento do quadro de crise que o País atravessa. A denominação de Centro Liberal, inicialmente cogitada para batizar o grupo, foi abandonada. Os principais articuladores do bloco preferem chamá-lo por um nome só, possivelmente, Vanguarda.

Entre os princípios também não deverá figurar a determinação de votar em bloco o projeto de resolução do Presidente do PL, Deputado Alvaro Valle, que pretende alterar o Regimento Interno da Constituinte para possibilitar a apresentação de substitutivo à proposta do Relator Bernardo Cabral. Apesar de ser bastante provável que venham a votar favoravelmente à iniciativa, os "moderados" preferem não assumir compromisso formal, pois Valle criou sérios atritos com Cabral e o grupo tem intenção de aproximar-se do Relator da Comissão de Sistematização.

Esse bloco começou a delinear-se na Comissão de Ordem Econômica, já com características suprapartidárias. Entre seus principais articuladores estão os líderes do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), do PFL, José Lourenço (BA), do PDS, Amarel Netto (RJ) e do PL Afif Domingos (SP) e os peemedebistas Cardoso Alves (SP) e Marcos Lima (MG), todos Deputados. Dele participam notáveis como os ex-ministros Delfim Netto, Roberto Campos, Alysson Paulinelli, Arnaldo Prieto e Francisco Dornelles, além dos constituintes do PL, PDS, PTB, do Centro Democrático do PMDB e do PFL, à exceção dos "modernos" deste partido que não somariam mais de 30 parlamentares.

A semana que entra será de muito trabalho para esses constituintes. Enquanto fixam os termos do manifesto e se dedicam a coleta das assinaturas, preparam ainda o elenco de emendas que apresentarão à Comissão de Sistematização até o dia 13. O principal objetivo do grupo é, segundo um dos seus principais articuladores, escrever uma Constituição que possibilite amplas modifica-

Righi: PTB não sobe palanque pelas diretas-88

SÃO PAULO — O Deputado federal Gastone Righi afirmou ontem que o PTB não subirá aos palanques da campanha por eleições diretas para a Presidência, em 1988, por julgar que o desenvolvimento desse projeto significa o rompimento com o Governo de transição democrática. Disse, porém, alimentar esperanças de que a Constituinte decida favoravelmente à realização do pleito presidencial ainda no ano que vem.

Sistema de governo e duração do mandato, segundo Righi, são questões que precisam ser esclarecidas antes do lançamento oficial da candidatura do empresário Antônio Ermírio de Moraes, que o Deputado garantiu ter aceito o convite do partido para disputar a sucessão do Presidente Sarney. Ele considera a campanha por diretas-já, defendida por setores do PMDB e do PT como "uma manobra diversionista".

Righi disse não concordar com a política econômica anunciada por Sarney no mês passado, ressaltando que isso não o impede de emprestar-lhe seu apoio crítico.

O líder do PTB na Assembleia Nacional Constituinte disse ter recebido inúmeros pedidos de filiação após o desligamento de Jânio Quadros do partido, há duas semanas. Entre seus futuros correligionários, indica o Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto.

Covas lidera campanha de assinaturas

CAMPINAS, SP — O Senador Mário Covas (PMDB-SP) lança hoje às 13 horas no centro de São Paulo, no Viaduto do Chá, uma campanha para coletar as 30 mil assinaturas que serão necessárias para a apresentação de uma emenda popular na Constituinte propondo a realização de eleições presidenciais em 1988. As assinaturas precisam ser recolhidas até o dia 13, quando termina o prazo para emendas populares.

Covas decidiu fazer a campanha na última convenção do PMDB:

— Sempre fui um dos defensores das eleições em 88 e, na medida em que o Partido entendeu que o assunto deveria ficar para a Constituinte, me senti liberado para tomar a atitude que achasse melhor.

Covas argumentou porque a eleição precisa ser ano que vem:

— O mandato atual não foi fixado em tempo, mas em tarefas. Quando o PMDB foi autorizado pelo povo a participar do Colégio Eleitoral, foi admitido implicitamente que o mandato teria a duração da transição a ser encerrada com a promulgação da Constituição. No ano subsequente haveria eleição.



Afif e Alvaro Valle participam da articulação do bloco suprapartidário

ções do status quo. De acordo com a definição deste parlamentar, é um trabalho de muita conversa e de costura política para alcançar as 280 adesões que garantirão a aprovação das propostas.

Alguns dos princípios já foram definidos:

Estabilidade no emprego — O grupo propõe a criação de um sistema que garanta o trabalhador contra demissões imotivadas já no contrato de emprego. Um dos mecanismos imaginados é a fixação de multa progressiva, proporcional ao tempo de serviço.

Reforma Agrária — A imissão de posse do imóvel rural desapropriado se dará através de sentença judicial, em rito sumário, mas sem criação de uma Justiça Agrária e sim de varas especializadas nas estruturas já existentes.

Intervenção do Estado na Economia — Mantém a proposta aprovada na comissão da Ordem Econômica. A intervenção só será permitida quando necessária para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, definidos em lei.

Monopólio — Mantém o monopó-

lio do petróleo e minerais nucleares, abrangendo a pesquisa e lavra e o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional. É o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros e gás natural de qualquer origem.

Estatais — O grupo defenderá a obrigatoriedade do concurso para a admissão de empregados nas empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Fisiologismo — Entre os princípios, vai figurar o da maior independência da máquina administrativa do poder político, como forma de diminuir o "clientelismo" e obter um maior controle do déficit público.

Justiça — Este é um setor delicado que o grupo pretende desafiar. Os "moderados" concluíram que os interesses corporativos estão se sobrepondo aos interesses da população. Assim pretendem apresentar propostas para um reordenamento no sistema que permita maior flexibilidade à Justiça estadual para, legislar sobre processos. Isso, de acordo com o que pensam, tornará a Justiça mais acessível à população através da criação, por exemplo, do Juizado de Instrução.

No domingo, Constituinte reúne 17 que debatem da família a sistema

BRASÍLIA — Com apenas 17 constituintes no plenário e as galerias praticamente vazias, foi realizada ontem pela manhã mais uma sessão extraordinária da Constituinte, cujo objetivo era aprofundar o debate sobre o projeto do Relator Bernardo Cabral. As discussões, abordando o parlamentarismo a "complos para a desestabilização da família", não agradaram sequer ao próprio Relator, que permaneceu pouco tempo no recinto.

Em um pronunciamento recheado de termos técnicos, o Deputado Adylsson Motta (PDS-RS) apresentou proposições referentes ao título Saú-de. Após solicitar o "engastamento" do texto compatibilizado por Bernardo Cabral, ele afirmou que "saúde pública não pode ser tratada isoladamente, mas sim como parte de um contexto onde saneamento básico e educação devem estar presentes".

Também propôs pequenas alterações que considera fundamentais para uma correta interpretação do texto constitucional. Para ele, é errado definir "a saúde como obrigação do Estado". O correto seria estabelecer que "os cuidados com a saúde são obrigação do Estado".

O Senador José Fogaça (PMDB-RS) gastou boa parte do seu pronunciamento para analisar as característi-



Cabral passou rapidamente pelo plenário onde se discutia a Constituição

cas de instabilidade dos governos latino-americanos, regidos pelo presidencialismo, como forma de justificar a implantação do parlamentarismo no Brasil. Mas salientou que não são as eleições diretas que desestabilizam tais governos, como defendem algumas lideranças políticas, e sim o próprio sistema de governo.

Já o deputado Costa Ferreira (PFL-MA), usou a tribuna para denunciar a existência de "um complô contra a família". Lembrou que esta "tentativa de desestabilização começou com a aprovação da Lei do Divórcio", quando foi admitida apenas

Volta à Guanabara

ESTA não é a hora de desmembrar ou esquarterar o Município do Rio de Janeiro. A oportunidade constituinte torna imperativo que se retome a bandeira do Estado da Guanabara, um Estado viável e em progresso, vitimado pela fusão e pelo descumprimento da política compensatória, por parte do Governo Federal.

A DIVISÃO do Município do Rio de Janeiro só agravará o quadro de pobreza reinante no Grande Rio, não atenuada pela política da fusão. Só o Estado revivido da Guanabara acenderá das cinzas o pólo de progresso metropolitano.

CONVÉM dizer desde logo, em contraste, que se a Zona Oeste decidir pela separação em plebiscito próximo, comandado em parte por interesses sem grandeza, o perigo imediato surgirá na forma de uma possível e indesejável reação em cadeia, multiplicando movimentos auto-

nomistas em regiões e bairros caríacos. Bem-sucedidas tais iniciativas, o Município do Rio de Janeiro ficaria reduzido à condição degradada de Município do Centro: um escândalo político.

É INTOLERÁVEL o simples enunciado de tal possibilidade, o da reação em cadeia a partir da Zona Oeste propagando-se pela Barra—Jacarepaguá, Governador e até mesmo Rocinha. Já o voto, contrário à separação da Zona Oeste será o voto pela união, que disparará a reação favorável ao ressurgimento do Estado da Guanabara. Porque a bandeira do Estado situará corretamente o tema objeto do debate de ontem na TV Globo — "A Palavra é Sua". Não tem fundamento relacionar autonomia e pobreza ou autonomia e progresso. Se a autonomia municipal, garantisse progresso, não existiriam municípios brasileiros com renda abaixo do nível da pobreza.

É IGUALMENTE falso discriminar no Município do Rio regiões pobres e ricas. Em zona desenvolvida e em zona em desenvolvimento, existem comunidades integradas. Em todos os bairros coexistem padrões distintos e diferentes estilos de vida. Justamente tal integração é que lastreia o esforço carioca pela unidade e pela identidade própria, sobre a qual será fatível refazer a Guanabara.

DISCUSSÕES bairristas ressentidas ou não, estatísticas boas ou más, não oferecem a solução de nosso problema: a condição estadual, o Estado Município captando os recursos da tributação estadual e municipal, restituído à posição de centro irradiador na vida brasileira.

ESTÁ a bandeira, a da reunião com elevação do Município do Rio de Janeiro ao nível de Estado Federado, abaixo do qual não deve continuar.

Golbery vai bem após a cirurgia, dizem médicos

SÃO PAULO — O General Golbery do Couto e Silva, 75 anos. Chefe da Casa Civil nos Governos Ernesto Geisel e João Figueiredo, não corre mais risco de vida depois da hemorragia que obrigou a equipe do cirurgião Emílio Mattar a extirpar-lhe uma alça do intestino grosso na noite de sábado, no Hospital Sírio-Libanês. Com um quadro clínico estável, segundo os médicos que o assistem, Golbery continuará internado na unidade de terapia intensiva por mais 24 horas, quando deverá ser realizada uma nova avaliação de seu estado de saúde. Os médicos informaram que a fase mais delicada do pós-operatório foi ultrapassada com sucesso.

As visitas, ontem, foram restritas: apenas a de sua mulher, Dona Esmeralda, que permaneceu o dia todo com ele, e da filha Vera. As duas acompanharam de perto as variações do quadro clínico de Golbery desde sua internação, a 8 de julho.

Para Newton, tributação é que preocupa governadores

BELO HORIZONTE — O encontro dos governadores do PMDB, previsto para este mês, no Rio de Janeiro, não tratará de questões políticas, como a duração do mandato presidencial ou o sistema de governo, mas se limitará à discussão do sistema tributário, segundo afirmou o Governador Newton Cardoso.

A distribuição do Fundo de Participação do Estado (FPE) será o assunto básico. A julgar pelo que disse Cardoso, os governadores não se dão por satisfeitos com os 50 por cento de repasse da União para os Estados, conforme prevê o texto em discussão na Comissão de Sistematização da Constituinte.

Apesar de ser este o objetivo principal da inquietação do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, para o Governador de Minas esse percentual é muito pequeno.

— Desconheço a existência de qualquer ministro da Fazenda que tenha querido repartir o bolo tribu-

tário. Acontece que a geração de recursos está no Estado e no município, a União é apenas contemplada. Não vejo com bons olhos esse desejo do Ministro Bresser. Até 1967, nós tínhamos uma participação muito maior, sobretudo na receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda — disse Cardoso, que, particularmente, vai se bater pela criação de imposto ou de royalties sobre a exportação de minério de ferro.

Newton Cardoso voltou a defender ontem a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo ele, "por uma questão de oportunidade". O governador considera possível recorrer ao Fundo sem aceitar o monitoramento da economia, com base num contrato novo que mantenha a perspectiva de crescimento da economia em pelo menos seis por cento ao ano. Para o PMDB, segundo Cardoso, "esse crescimento é condição sine qua non".

Chiarelli é contra plebiscito para aprovar toda a Carta

PORTO ALEGRE — O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), só defenderá a realização de um plebiscito sobre a nova Constituição se ela não resultar de amplo consenso. E, ainda assim, o referendo popular deve se limitar aos pontos controversos. Chiarelli quer também uma definição da Constituinte sobre o sistema de Governo, mas somente para ser aplicado após o mandato do Presidente Sarney. Antes, na opinião do Senador, será casuismo.

Chiarelli discorda do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para quem, se for preciso, o referendo deve ser feito sobre o conjunto da nova Constituição, e não sobre temas isolados. Tal consulta só deveria haver, segundo ele, se a nova Carta fosse o produto de um processo totalmente conflituoso. Mas aí, explicou, "nem seria uma Constituição, e sim uma aberração".

O sistema de Governo deve ser definido logo porque, de acordo com o Senador gaúcho, o povo precisa saber antecipadamente qual será o adotado pela Constituinte, para se preparar para votar nas pessoas capazes de reordenar os rumos do País. Chiarelli é favorável ao parlamentarismo e acha que os políticos estão mais preocupados com casuismo e em "inventar um modelo de Governo", perdendo, com isso, a oportunidade de assegurar sua credibilidade junto ao povo.

Quem também defendeu ontem o parlamentarismo — para ele, o Brasil "já amadureceu para esta experiência" — foi o Governador da Bahia, Waldir Pires. Ressaltou, porém, que não se deve implantar no País um modelo do tipo que vigorou em 1961, que em sua opinião foi apenas um arranjo para resolver questões da conjuntura (Jânio Quadros havia renunciado e a adoção do parlamentarismo foi uma solução para atenuar resistências à ascensão de seu sucessor, o Presidente João Goulart).

— Desta vez o parlamentarismo deve vir como alguma coisa pensada para durar — disse ele.

Apesar de o País estar perto de completar um século de presidencialismo, esse sistema, segundo Waldir Pires, não deu certo aqui e nem no resto da América Latina, que tem sua história marcada por traumas, uma vez que suas crises políticas resultam sempre em crises institucionais, em vez de apenas problemas de Governo.

Entre as vantagens do parlamentarismo, o Governador Waldir Pires aponta o fortalecimento dos partidos políticos. "E sem partidos fortes não há democracia", declarou. Outra vantagem, de acordo com ele, seria o aperfeiçoamento da administração pública, "instrumento essencial para a eficiência de qualquer Governo".

Emenda pelo menor em Niterói

Uma "bandeira da paz" com 40 metros de comprimento e pesando 70 quilos, que cobriu o Cristo Redentor por vários dias, ficará por uma semana na Praia de Icaraí, em Niterói, como chamariz da campanha "Criança, prioridade nacional", lançada por várias entidades ligadas à defesa do direito dos menores. O núcleo de apoio de Niterói percorreu a Praia de Icaraí ontem, com banda de música, palhaços e bonecos, colhendo assinaturas para a emenda popular que dispõe sobre os direitos e garantias da criança e do adolescente.

No abaixo-assinado pedindo apoio à emenda constitucional, as entidades lembram que, dos 66 milhões de brasileiros menores de idade, 45 milhões vivem em condições subumanas; 25 milhões em situação de alto risco; 15 milhões em estado de desnutrição crônica; 12 milhões foram abandonados ou são órfãos desassistidos; nove milhões obrigados ao trabalho precoce; oito milhões estão em idade escolar, mas não têm escola; sete milhões são deficientes físicos,

sensoriais ou mentais e não têm atendimento especializado; sete milhões vivem nas ruas e praças; 4,5 milhões de meninas e moças vivem da prostituição, e sendo que dois milhões têm de dez a 15 anos; centenas de milhares estão em internatos; dezenas de milhares estão presos irregularmente e são vítimas de maus-tratos e degradações; milhares morrem anualmente, por terem cometido suicídio ou em consequência do uso de drogas, dos acidentes de trabalho e da violência urbana.

A campanha em Niterói terminará no sábado, porque as assinaturas têm que ser enviadas para Brasília até o dia 10 de agosto. O núcleo niteroiense vai montar bancas em toda a cidade para colher assinaturas — é preciso dar nome completo, endereço e número do título de eleitor — e pede que voluntários se apresentem na banca da Rua Otávio Carneiro, em Icaraí, para colaborar com esse trabalho. Algumas listas serão deixadas em edifícios. Ontem foram colhidas 500 assinaturas.



Emenda pode ser assinada na Rua Otávio Carneiro, em Icaraí